

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	812.381	12,00	12,06

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas/RCL (%)	

FONTE: SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

]

Exposição de Motivos – E.M. Nº 001/10/SEFA.

De 29 de janeiro de 2010.

Excelentíssima Senhora Governadora de Estado,

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, concernente às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece que, ao final de cada quadrimestre, será emitido, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no seu artigo 20, Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definida por ato próprio de cada Poder ou órgão.

2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada Lei de Responsabilidade Fiscal, deve conter informações relativas aos demonstrativos: despesa com pessoal, dívida consolidada líquida, garantias e contragarantias de valores, operações de crédito e simplificado, devendo, no último quadrimestre, ser acrescido de demonstrativo referente ao montante da disponibilidade de caixa em trinta e um de dezembro e dos Restos a Pagar.

3. Nos demonstrativos constantes deste Relatório de Gestão Fiscal, excluímos as colunas referentes a "Restos a Pagar não Processados", devido, não terem ocorrido despesas orçamentárias empenhadas e não liquidadas.

4. As demonstrações que compõem o mencionado documento são consolidadas e avaliadas quanto à consistência dos dados nelas contidos, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda.

5. Assim sendo, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submeto a Vossa Excelência o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Estadual, em anexo, referente ao quadrimestre setembro a dezembro de 2009.

Respeitosamente,

VANDO VIDAL DE OLIVEIRA REGO

Secretário de Estado da Fazenda

De acordo,

Em 29 de janeiro de 2010

ANA JÚLIA CAREPA

Governadora do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ - PODER EXECUTIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2009

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ milhares
<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		4.256.948
Pessoal Ativo		3.062.864
Pessoal Inativo e Pensionistas		1.140.920
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contrato de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)		53.164
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		613.613
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		752
Decorrentes de Decisão Judicial		23.213
Despesas de Exercícios Anteriores		19.177
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		570.471
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		3.643.335
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III)		3.643.335
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		7.997.163
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V)*100		45,56
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 48,60%		3.886.621
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 46,17%		3.692.290

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios

Hélio Santos de Oliveira Goes

Hélio Santos de Oliveira Goes

Vando Vidal de Oliveira Rego

Secretário de Estado da Fazenda

Tereza Regina Cordovil Corrêa

Auditora Geral do Estado